



O papel das Identidades Culturais na Pós-Modernidade¹

Cristiana Carneiro Euclides²

Alexandre Curtiss Alvarenga³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

Diversos mecanismos e estruturas estão envolvidos na manutenção de uma identidade cultural. Com o advento da pós-modernidade, porém, eles têm se modificado, da mesma forma que as noções de identidade. Torne-se fundamental, então, compreender as raízes dessas modificações, analisando seus fatores e conceituando termos diretamente relacionados, como a cultura. Na contemporaneidade, o sistema capitalista se encontra num estágio avançado e mais difícil combater, e por isso é tão importante o papel das identidades. Elas conduzem as discussões acerca do que são e do que querem ser os sujeitos pós-modernos. Este artigo, portanto, se justifica por buscar compreender o papel das identidades no funcionamento da pós-modernidade, e por caracterizá-la como parte integrante do sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: identidade; pós-modernidade; estudos culturais; deslocamento dos sujeitos

Introdução

A identidade é um conceito que se modifica com o passar do tempo. Ela está ligada a uma série de fatores, como a constituição dos sujeitos, a linguagem, os hábitos, os costumes, enfim, à cultura de um determinado grupo. Estes fatores, porém, mudam a medida em que novas periodizações da história entram em vigor. Nesta pesquisa, será levada em consideração a pós-modernidade, e os paradigmas que ela trouxe à segunda metade do século XX.

A relevância deste tema consiste no fato de que a identidade é reflexo de diversos papéis sociais e grupos dos quais os sujeitos participam. Com a fragmentação e diversificação dos grupos, há também modificações na forma como a identidade é constituída. E a identidade nada mais é do que “algo que se supões definir o próprio núcleo ou essência de nosso ser e fundamentar nossa existência como sujeitos humanos”

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Ufes, email: cris.euclides@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da Ufes, email: alexcurtiss@uol.com.br



(HALL, 2005, p.10). É o que somos, ainda que “ser” seja um processo, algo em constante mudança e formação. Entender as noções de identidade, portanto, é entender o próprio ser humano, e a complexidade da formação de seres diferentes entre si.

O artigo visa identificar a existência de mudanças em relação à identidade e ao sentimento de pertencimento das pessoas a um determinado grupo, com o advento da pós-modernidade. Não será analisado como se dá a formação da chamada pós-modernidade, ela será tratada como algo que existe e representa o início de um novo contexto. Da mesma forma, a identidade aqui é vista como um processo, porém ele não será analisado em sua gênese, mas a partir desse novo contexto.

Assim, alguns conceitos são modificados, e a noção de identidade talvez seja o mais importante deles. A identidade é o que caracteriza um grupo, e quando ela se modifica, na verdade o grupo é quem passa por esse processo. Portanto, todas as mudanças destacadas na contemporaneidade estão ligadas direta ou indiretamente a identidade.

Algumas das mudanças são: a noção de espaço e tempo, a globalização, a sociedade em rede, a fragmentação de grupos, a massificação dando lugar a diversidade, a incorporação da diferença ao capital, entre outras.

Outros assuntos foram também abordados de forma a complementar os estudos, como é o caso da indústria cultural e a forma com que ela se relaciona ao conceito de identidade. Fatores característicos ao modernismo, como essa indústria cultural e os meios de comunicação em massa, funcionaram como oposição ao que agora acontece na contemporaneidade.

1. Características da Pós Modernidade

O advento da pós-modernidade propiciou a quebra de diversos paradigmas. Porém, diferentemente do que ocorreu com o surgimento do modernismo, a pós-modernidade suscitou uma série de divergências em relação à validade dessa quebra de paradigmas. Fredric Jameson questiona se o chamado pós-modernismo “implica uma mudança ou ruptura mais fundamental do que as mudanças periódicas de estilo, ou de moda, determinadas pelo velho imperativo de mudanças estilísticas do alto modernismo”. (Jameson, 1990, p. 28). O estudioso norte-americano parte do princípio de que a pós-modernidade existe, porém não como algo novo, mas sim como uma modificação sistêmica do próprio capitalismo. Jameson afirma ainda que “se trata aí de



nada mais nada menos do que um estágio do capitalismo mais puro do que qualquer outro dos momentos que o precederam” (JAMESON, 1990, p. 29).

É fato que ocorreram mudanças a partir da década de 60, quando a contemporaneidade começou. Ela surge junto com a sociedade pós-industrial, e está atrelada a conceitos como consumismo, mídia e informação. Isso porque nessa nova conjuntura a sociedade de modo geral recebe informações de um número maior de fontes, o que caracteriza a diversidade e o fenômeno da globalização. Stuart Hall destaca que na modernidade há uma transformação do tempo e do espaço, que Anthony Giddens chama de “desalojamento do social”, ou seja, as relações sociais são retiradas dos seus contextos locais de interação e são reestruturadas em escalas indefinidas de espaço-tempo. Essa transformação seria ainda mais evidente na pós-modernidade, assim como a pluralidade dos centros de poder, as descontinuidades, as rupturas e fragmentações. Tal fato evidencia a veracidade das análises de Jameson, pois, de fato, a pós-modernidade dá continuidade ao que já existia na modernidade.

A mudança consiste, portanto, na forma com que são encaradas as diversidades. Na pós-modernidade, elas são aceitas, fazem parte do sistema. As classes sociais não mais representam uma homogeneidade de valores, como argumenta Stuart Hall. “A classe não pode servir como dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas” (HALL, 2005, p.20) . A identidade dos sujeitos muda de acordo com a forma com que são representados, e a identificação não é automática. “Esse processo é descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidades (de classe) para uma política de diferença” (HALL, 2005, p.21).

Na pós-modernidade, a micropolítica predomina, por meio da emergência de pequenos grupos com uma identidade própria. Muniz Sodré define que a constituição de grupos passa pela *anomia*, a etapa da indiferenciação, onde existe a diversidade desregrada, não há ainda uma identidade. A segunda etapa seria a *heteronomia*, quando o grupo já possui limites, mas eles são colocados fora de si mesmo. Por fim, viria a *autonomia*, que é quando a “diferenciação é feita do próprio grupo, que se investe de identidades, de normas particulares” (SODRÉ, 1983, P.51,52)

Para Hall, o advento dos novos movimentos sociais emergentes durante os anos 60 é o grande marco da pós-modernidade, assim como as revoltas estudantis, os movimentos de contracultura e pela paz. Jameson afirma que tais grupos substituem a classe trabalhadora, em vias de extinção, e que essa micropolítica “é usada para uma



celebração obscena do pluralismo e da democracia do capitalismo contemporâneo: é o sistema se rejubilando por produzir quantidades cada vez maiores de sujeitos estruturalmente não empregáveis” (JAMESON, 1990, p. 323).

George Yúdice também aponta a existência de pequenos grupos, e que eles utilizariam a cultura como forma de resistência.

“Para alguns, os relativamente ‘sem poder’ podem extrair força de sua cultura para enfrentar a investida violenta dos poderosos. Para outros, o conteúdo da cultura em si é quase irrelevante; o que importa é que ela escora uma política de mudança. Ao mesmo tempo em que estas perspectivas podem ser bastante atraentes, é também verdade que a expressão cultural em si não é suficiente” (YÚDICE, 2004, p.15).

Yúdice afirma que a identidade grupal em si não leva a mudança, e que tais grupos são comandados, pois o alternativo precisa do tradicional. Destaca ainda que a cultura é cada vez mais política, e não apenas propulsora da economia como na modernidade. Essas são características de uma sociedade em rede, na qual predomina uma nova economia baseada num novo tipo de trabalho: cultural e mental.

Uma vez em rede e globalizada, a sociedade propicia a ascensão, por meio da cultura, de minorias. Assim, “a cultura não tem um recurso em si, ela é um recurso para a política” (YÚDICE, 2004, p. 43). Ou seja, o conteúdo da cultura não é importante, e sim o fato dela legitimar determinados grupos. A cultura passa a ser um recurso para outros fins, não necessariamente políticos. Ela seria então conveniente, pois a medida que aumentam as reivindicações de diferença cultural, por exemplo, aumentam também as mercadorias. A globalização difunde os processos simbólicos e culturais, para que o capital tenha mais força. Dessa forma, agora é a diversidade e não a homogeneização que difunde a acumulação, conforme afirma Yúdice.

O advento de grupos com identidades próprias está relacionado também com o popular. Conforme afirma Fredric Jameson, “a dimensão do cultural no pós-modernismo é popular” (JAMESON, 1990, p. 321). A cultura popular estaria adequada ao conceito de culturas híbridas vigente na contemporaneidade. Isso significa que os grupos cada vez mais se misturam, e formam novos grupos. Assim, é difícil falar em culturas íntegras, puras, autênticas e autônomas.

Da mesma forma, o popular faz parte das relações de poder e de dominação cultural. Esta é uma das definições dadas por Stuart Hall para a cultura popular: a convivências de contradições, ou seja, “as tensões e oposições entre aquilo que pertence



ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e à cultura da periferia” (HALL, 2003, p.240). Outra definição de cultura popular se refere ao povo, a tudo que ele faz ou fez. Hall lembra que não existe um sujeito determinado que podemos chamar de povo, e que construir indivíduos enquanto força popular é a natureza da luta cultural, que objetiva “transformar povos isolados em uma força cultural popular democrática” (HALL, 2003, p.426).

2. Como se dá a modificação dos sujeitos

Outra característica da pós-modernidade é que os próprios sujeitos são modificados, e como conseqüência há uma mudança na identidade. Hall faz um histórico dessa mudança, destacando inicialmente o que Raymond Willians chama de sujeito indivisível e singular, existente no século XVI. No século seguinte, Descartes defende a dualidade mente e matéria. “As coisas devem ser explicadas, ele acreditava, por uma redução aos seus elementos essenciais à quantidade mínima de elementos e, em última análise, aos seus elementos irreduzíveis” (HALL, 2005, p. 27). Em seguida Jonh Locke define a identidade do indivíduo como algo que permanece a mesma. Os indivíduos seriam os sujeitos da pratica e ao mesmo tempo sofreriam as conseqüências dessa prática.

Porém, com o desenvolvimento das sociedades modernas, que implica nas estruturas do estado nação, das grandes massas e da democracia, surge o sujeito social. Ele estaria baseado, de acordo com Stuart Hall, no surgimento das ciências sociais, que “localizou o indivíduo em processos de grupos e nas normas coletivas” (HALL, 2005, p. 31). Isso significa que a participação nas relações sociais forma os sujeitos, da mesma forma em que esses sujeitos desempenham papéis pré-definidos na sociedade em que vivem.

Na primeira metade do século XX, já no modernismo, o sujeito é isolado, alienado, e se opõe à multidão, à massa. Existem diversas obras de arte que expõem esse contexto, como é o caso do quadro *O Grito*, de Edvard Munch. De acordo com Fredric Jameson, *O Grito* representa justamente essa alienação, a fragmentação social, a era da ansiedade, a desconstrução da estética da expressão. “seu conteúdo gestual já assinala seu fracasso, uma vez que o domínio do sonoro, o grito, a pura vibração da garganta humana é incompatível com seu meio” (JAMESON, 1990, p.41, 42).



Para evidenciar a passagem para a pós-modernidade, Jameson compara duas obras: *Um par de botas*, de Vicent Van Gogh, e *Diamond dust shoes*, de Andy Warhol. A primeira é modernista, e fala da miséria agrícola, do homem trabalhador e oprimido. É colorida para representar a utopia, o domínio da visão como um novo espaço na divisão do trabalho. Já a obra de Warhol, pós-modernista, não nos remete a lugar algum, não há como completá-la; põe em preto e branco coisas coloridas, como se o mundo da aparência estivesse morto. Porém, ainda segundo Jameson, ela retrata a mercantilização. Assim como os objetos, as pessoas também se transformam em mercadorias.

Isso porque na contemporaneidade, iniciada na segunda metade do século XX, o sujeito é deslocado, o que resulta em identidades abertas contraditórias, inacabadas e fragmentadas. Tal fato é explicado por meio de cinco teorias sociais, de acordo com Stuart Hall. A primeira delas se refere ao pensamento Marxista, segundo o qual os indivíduos agem baseados em condições históricas criadas por outros homens; o homem não está no centro, e sim as relações sociais; não há uma essência universal nem uma singularidade humana. O segundo deslocamento é a descoberta, por Sigmund Freud, de que a subjetividade é construída no inconsciente. Ou seja, a identidade é algo formado ao longo do tempo por meio de processos inconscientes, estando assim sempre incompleta e “sendo formada”.

Outra teoria é a desenvolvida por Saussure, de que a língua é um sistema social, e não individual. Não somos autores das afirmações que fazemos, pois ativamos significados embutidos na língua e nos sistemas culturais. Além disso, “o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 2005 p.41). O quarto deslocamento é o poder disciplinar, conceituado por Michel Foucault como a vigilância, a regulamentação e controle do indivíduo e do corpo, a forte presença de instituições de disciplina (escolas, prisão, igrejas).

Por fim, a quinta teoria social apontada por Stuart Hall é o movimento feminista, que questiona a distinção entre privado e público, politiza a subjetividade, forma identidades sexuais e de gênero e introduz a noção de diferença sexual e diferentes identidades entre homens e mulheres.

Além do descentramento, junto com o sujeito contemporâneo surge um novo tipo de superficialidade, e a profundidade não mais tem lugar. Fredric Jameson destaca que a dialética da essência e da aparência, a oposição ente significante e significado, autêntico



e inautêntico, latente e repressão são repudiados pelo pós-moderno. Há uma mudança na patologia cultural: a alienação do sujeito é deslocada pela sua fragmentação.

Entra em evidência o pastiche, conceito de Thomas Mann baseado em Adorno, que é o imitar de um estilo único, mas sem o riso da paródia.

“A onipresença do pastiche é compatível com a dependência e com o vício – com esse apetite dos consumidores por um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por ‘espetáculos’. (...) a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debord, ‘a imagem se tornou a forma final de reificação’” (JAMESON, 19990, p. 45).

Jameson observa como o consumismo e a transformação de pessoas em mercadorias que está presente na pós-modernidade nunca estiveram antes em qualquer outra fase do capitalismo. A imagem se torna tão importante a ponto dela ser o fim, e não um recurso para algo.

Como no contemporâneo os sujeitos são modificados, tem, portanto, sua identidade cultural modificada também. De modo geral, a primeira identidade adquirida pelos sujeitos é a de nação, fonte das demais identidades. “As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2005, p. 48). A própria nação é algo produtor de sentidos, de um sistema de representação cultural. A cultura nacional, ressalta Hall, é um discurso passado adiante por meio de alguns elementos principais: lendas; ênfase nas origens e na tradição; a manutenção dessas tradições e a idéia de um povo puro, original.

Essa cultura objetiva unificar numa mesma identidade membros diferentes, seja devido ao gênero, a classe, entre outros. Desse modo, a cultura nacional se constitui como uma estrutura de poder cultural, caracterizada por Stuart Hall por meio de alguns aspectos. O primeiro deles é que a unificação de diferenças em uma identidade nacional em geral se deu de forma violenta, o que implicou na supressão de culturas menores. A sociedade também foi dividida em gêneros e classes, para que todos tenham um grupo. “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2005, p. 62). Ou seja, todas as nações são híbridas, as identidades nacionais não são maiores que as diferenças e não estão livres dos jogos de poder.

Muito dessa mistura foi facilitado com a globalização, definida por Hall como



“aqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço e tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.” (HALL 2005, p. 67).

O autor aponta que com a pós-modernidade o alcance e o ritmo de integração dos sujeitos aumentaram, e uma das conseqüências é a desintegração das identidades nacionais, que dão lugar a novas identidades, agora híbridas, além disso, as identidades locais ganham força. Surge então uma nova tensão, entre o local e o global na transformação de identidades. É fato, entretanto, que a globalização tem “o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades” (HALL, 2005, p.87). Para alguns estudiosos, essa pluralidade é positiva, e reconhecem que é improvável que as identidades voltem a ser unas. Para outros, porém, é válida a tentativa de recuperar os valores perdidos com o tempo.

3. A Importância da Cultura na Construção de Identidades

O deslocamento dos sujeitos, as modificações na identidade e todas as mudanças trazidas pelo contemporâneo só fazem sentido, entretanto, em meio a uma cultura. Muniz Sodré buscou a origem da cultura, desde quando Heráclito, entre os séculos VI e V a.C, a definiu como a “harmonia oculta” da sociedade, sendo a razão universal o caminho para atingir essa harmonia. No século XVIII, “a palavra cultura emergia como um padrão burguês de saúde ou de excelência capaz de justificar os horizontes de expansões da nova classe dominante e atribuir vigor ético e representativo às suas elites” (SODRÉ, 1983, p. 25).

No mesmo século, termo civilização aparece relacionado à cultura. Ele se referia a camadas sociais e a formação dos indivíduos, e acultura representava valores espirituais e passa a incluir como condição necessária ao aumento do saber o processo de invenção. Raymond Williams atribui economia e sociedade aos conceitos de cultura, que segundo o autor não podem ser compreendidos sem o conceito de civilização. Esse conceito “expressava dois sentidos que estavam historicamente unidos: um Estado realizado, que se podia contrastar com a barbárie, mas também agora um estado realizado de



desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso” (WILLIAMS, 1979, p.19).

No século seguinte ocorre o que Sodré chama de “operação antropológica”, onde a questão da identidade se faz mais presente. Isso porque o antropólogo estruturalista Tylor define cultura como um todo que diz respeito a conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como integrante da sociedade, ou seja, tudo o que forma a identidade dos sujeitos. A cultura então passa a ser vista como algo maior que a civilização, pois a abrange. Surgem os conceitos de racismo e inferioridade, logo rebatidos por Lawrence e sua noção de que não há igualdade ou diferença, há o outro. Strauss apresenta também uma noção de cultura como um sistema coerente, um código responsável por ações, e não apenas hábitos.

Por fim, Sodré fala de sentido e representação. O que une todos os conceitos de cultura é a relação com o outro, ou seja, com o sentido. Este implica num processo, é algo em construção, enquanto o significado é algo pronto, já definido. O símbolo, por sua vez, é um material ordenador, e a relação simbólica é sempre ambígua para a organização social, pois

“ao mesmo tempo em que organiza elementos para a mediação social, traz consigo a possibilidade de morte para o organizado (as identidades socialmente construídas), por apontar para o vazio das diferenças, para o momento da gênese dos efeitos de realidade do grupo, para a negação” (SODRÉ, 1983, p.48).

Assim, a cultura é o modo de relacionamento com o real. Este real, porém, é a negação, ou seja, a identidade é buscada naquilo que não é. Para exemplificar, Sodré cita o cravo. Primeiro reconhecemos que aquela flor não é um lírio nem uma rosa, e sim algo diferente, para depois associá-la a outros cravos que já vimos. Isso é evidente na pós-modernidade, onde se busca um conhecimento da diversidade, das diferenças. Sodré afirma que onde há diferença, há sentido, e a relação com esse sentido na busca do real “implica no risco de ultrapassar as tentativas de determinação absoluta da identidade, em destruir os termos da significação, em exterminá-los enquanto valores de representação” (SODRÉ, 1983, p.50).

Williams destaca que a origem do sentido social de cultura ocorreu provavelmente com a descrição de um modo de evolução que era ao mesmo tempo a formação das sociedades e das mentes humanas. E a idéia de um processo social “que modela ‘modos



de vida’ específicos e distintos é a origem efetiva do sentido social comparativo de ‘cultura’ e de seu plural, já agora necessário, de ‘culturas’” (WILLIAMS, 1979, p.23).

A noção de que existem culturas diferentes pressupõe a vigência de diferentes signos, e também de ideologias. De acordo com Muniz Sodré, ideologia “é a forma moderna das relações de poder sobre o sentido no Ocidente” (SODRÉ, 1983, p. 54). É o poder da consciência, dos signos e dos conceitos. Diferentes conceitos de ideologia foram criados, desde De Tracy que a concebe como algo natural; passando por Hegel que a define como o próprio estado até as noções iniciadas por Napoleão, de que a ideologia é o mau emprego dos signos. Williams distingue três versos do conceito de ideologia:

“um sistema de crenças característico de uma classe ou grupo; um sistema de crenças ilusórias – idéias falsas ou consciência falsa – que se pode contestar com o conhecimento verdadeiro ou científico; o processo geral da produção de significados e idéias” (WILLIAMS, 1979, p. 60).

Marx e Engels, destaca Sodré, postulam que a sociedade burguesa confunde os seus interesses com os interesses da sociedade, o que tornaria a ideologia burguesa tão intrínseca no imaginário social e, ao mesmo, tempo, uma produtora de consciência falsa. Essa ideologia se enquadra no segundo conceito proposto por Williams. Na modernidade, era ainda mais perceptível essa mistura de interesses.

Isso porque a indústria cultural, assim denominada por estudiosos como Adorno e Bourdieu, se desenvolvia sob o que Muniz Sodré chama de “ética do consumo”. O objetivo era a satisfação dos prazeres individualistas, a informação e a cultura eram apresentadas como uma mercadoria, os produtos ditos elevados eram destinados a um público privilegiado, e a publicidade e os *mass media* colocavam em crise os valores e a moral tradicional. “Os conteúdos veiculados pela indústria da cultura em geral visariam atender a uma demanda social, seriam a oferta ‘neutra’ para ‘uma livre procura’ por parte de um público basicamente frustrado” (SODRÉ, 1983, p.82).

Neste contexto, o público é visto como massa silenciosa e sem possibilidade de fala. A identidade é encontrada na homogeneização, e o desejo de consumo era o ponto unificador dessa massa. Porém, a cultura de massa, na pós-modernidade, dá lugar a produção do cultural, ou seja, “um momento distributivo de um aspecto democratizante da cultura burguesa, que balança, como pêndulo, entre as sublimações espiritualizadas



da cultura elevada e o entretenimento vitalista, o gosto pelo espetáculo, das camadas ‘plebéias’” (SODRÉ, 1983, p. 83, 84)

A mudança, portanto, que funciona como base para as demais é em relação à lógica cultural. A partir da década de 60, a fronteira entre a denominada alta cultura e a cultura de massa ou comercial é rompida, e há “o aparecimento de novos tipos de textos impregnados das formas, categorias e conteúdos da mesma indústria cultural que tinha sido denunciada com tanta veemência por todos os ideólogos do moderno” (JAMESON, 1990, p. 28).

Essa diversidade é uma das características fundamentais da pós-modernidade e, conseqüentemente, da nova noção de identidade construída após o auge da indústria cultural.

4. Conclusões

A primeira conclusão perceptível é a de que a lógica do pós-modernismo também é cultural, porém de outra forma. Na modernidade predominava a lógica de massa, e a homogeneização se constituía como forma de dominação. Na contemporaneidade, porém, a fragmentação passa a ser a forma de controlar, ou seja, o capital atinge um nível tão avançado que até as diferenças são incorporadas por ele.

As constatações de que há uma fragmentação em grupos menores aparentemente significa que mais pessoas têm força de expressão, e que assim minorias poderiam ter voz. Porém, essas minorias são incorporadas ao sistema, ou seja, elas passam a ter voz, mas não da forma que gostariam. George Yúdice esclarece que o chamado alternativo precisa do tradicional para funcionar. É o caso das favelas hoje no Brasil. O que surge como proposta de contracultura, o jeito de ser das pessoas, o modo de vestir, a forma de falar de quem vive na favela está na televisão, agora faz parte do sistema. E se não fizesse, essa contracultura não teria a força que tem hoje. Surge então uma oposição, que já existia na modernidade: é válido buscar a pureza de uma manifestação cultural e deixá-la esquecida ou torná-la conhecida de uma forma deturpada?

Stuart Hall destaca que não existem culturas puras, e a tendência é que elas sejam cada vez mais fruto de interações e da troca de experiências. O mesmo acontece com a identidade: se antes ela era tida como uma, agora é um processo, ou seja, vai se formando à medida que os sujeitos vivenciam as mais diversas situações. “A identidade



muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2005. p. 21).

Mais uma vez, parece óbvio que a força da globalização interfira nesse processo. De fato, sem ela o “contato” entre diferentes culturas seria menor. Porém, ela não se dá de forma completa. Assim como a internet posteriormente, que surge como uma promessa de que as minorias terão seu espaço garantido, a globalização muda alguns aspectos, como a noção de espaço e tempo das pessoas, a forma de relacionamento e de contato entre os sujeitos e o próprio conceito de identidades. Mas está longe de atingir a todos e de ser uma alternativa que irá combater o capital.

O interessante é que Jameson, ao contrário de outros estudiosos, não nega a existência da pós-modernidade e dessas mudanças. Ele apenas não acredita que esse período seja totalmente novo, e que na verdade ele é uma extensão ainda mais difícil de combater do mesmo sistema vigente na modernidade.

A mudança no conceito de identidade é reflexo direto do deslocamento dos sujeitos, agora serem sócio-históricos, dotados de um inconsciente, com uma linguagem que pré-existe a eles e com noções de sexualidade e gênero. Isso evidencia a fragmentação, pois existem diversos aspectos que formam a identidade do ser, são variados e diferentes os papéis sociais a serem (ou não) cumpridos.

Portanto, num mundo fragmentado, é preciso aprender a totalizar, a discernir as formas de inserção como indivíduos em um conjunto de realidades descontínuas, conforme diz Jameson. Totalizar funciona como palavra chave na pós-modernidade, e significa unificar partes que formam um todo, partes estas diferentes e até divergentes, em alguns casos. Seria este mais um ponto negativo da contemporaneidade: a parte se destaca em relação ao todo. O mesmo acontece com as identidades, pois os sujeitos podem escolher o que querem ser em cada momento. Porém, o todo é mais importante, pois o ser humano é o conjunto de momentos, e não cada um deles separadamente. O fato de possuir uma identidade num momento não tira do sujeito o que ele vivenciou antes, com outra identidade. O resultado é um sujeito superficial, e porque não, contraditório. Mas a contemporaneidade aceita a contradição.

Assim, as pessoas desejam ser algo que não são, e isso torna o mundo um lugar cada vez mais superficial, uma vez que é reflexo das identidades dos sujeitos. Eles, porém, descentrados e deslocados, não buscam algo único, uma essência em si, mas fazem parte de diversos grupos ao mesmo tempo, e é permitido que tais grupos sejam contraditórios entre si.



Surge então uma oposição, em meio à inexistência de tantas outras. Seria ideal convivermos onde haja identidades intolerantes ou onde predomine a fragmentação tolerante? O sujeito, quando visto como um ser indivisível e completo, era coerente, era profundo. Ou seja, exercer um papel social significava algo, e eles eram exercidos com seriedade e respeito. As convicções eram mais enraizadas nas pessoas. Elas, porém, eram intolerantes, e dificilmente se aceitava algo diferente do que a sua percepção de mundo previamente estabelecia. Uma mudança trazida pela pós-modernidade foi a fragmentação, ou seja, não é mais necessário ter uma identidade coerente. Os grupos são superficiais, é aceito mudar de identidades e de comportamentos na mesma velocidade em que surgem novos produtos, com tecnologia mais avançada.

Outra conclusão obtida é que a noção de liberdade está presente nas identidades pós-modernas. A escolha é tida com racional, consciente e particular. Mais uma vez, o todo é desimportante, como se as escolhas não passassem por um processo, que é também coletivo, uma vez que os sujeitos vivem em sociedade.

Dessa forma, a identidade na pós-modernidade é diferente dos conceitos conhecidos até então, e diversos fatores influenciam na construção dessa identidade.

Uma questão, entretanto, se refere a formas de combater esse estágio tão avançado do capital, onde esta nova noção de identidades se manifestou. E a resposta a essa problemática está justamente nas identidades, ou melhor, nas representações. O que move os sujeitos é o que eles pretendem ser. Mais do que a identidade que já possuem, importa a que ainda vão construir. Portanto, nenhuma luta é válida se no imaginário social os sujeitos buscam ter a vida padronizada pelo capital, com um bom emprego e uma família feliz.

A verdadeira contracultura deve ser buscada no imaginário, ou seja, as pessoas só irão buscar uma sociedade mais justa e que seja democrática de fato se isso estiver presente nesse imaginário. Como isso pode acontecer é algo ainda sem resposta, mas que deve ser levado em conta.

Referências bibliográficas

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Ed. UnB, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo: Empório do Livro, 2005.



JAMESON, Fredric. Pós-Modernismo. **A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida**. Por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Codeon, 1983

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1979.

YUDICE, George. **A Conveniência da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.